

Eriane de Araújo Dantas

**O PAPEL DO ORIENTADOR FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS
EDUCACIONAIS**

IESA
Sobradinho, 2011.

Eriane de Araújo Dantas

**O PAPEL DO ORIENTADOR FRENTE ÀS NOVAS DEMANDAS
EDUCACIONAIS**

**Artigo apresentado a IESA como
requisito parcial para obtenção do
título de especialista em gestão e
orientação educacional sob a
orientação da Profª Márcia Andelo.**

IESA

Sobradinho, 2011.

RESUMO

Este trabalho apresenta a trajetória da orientação educacional e das suas funções, que sofreram alterações na medida em que também mudaram os papéis exigidos da educação. O estudo utilizou referencial teórico diverso, o qual permitiu chegar à conclusão de que o orientador deve trabalhar em conjunto com os demais profissionais da escola, discutindo os objetivos e a prática pedagógica, a fim de proporcionar aos estudantes uma educação de qualidade.

Palavras-chave: orientação educacional, orientador educacional, educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo a análise do papel do orientador educacional dentro da escola, em meio às mudanças de concepções educativas ocorridas no decorrer do tempo.

O primeiro capítulo trata das transformações por quais passou a orientação educacional e seus papéis, desde o seu surgimento.

O segundo capítulo trata do desafio dos sistemas educativos de oferecer uma educação que leve em conta aspectos como a realidade dos educandos, a diversidade cultural e a velocidade da troca de informações propiciada pelas inovações tecnológicas.

O terceiro capítulo apresenta o papel do orientador educacional frente às novas necessidades educativas.

A TRAJETÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Assim como a educação, a orientação passou por várias transformações e momentos de indefinição, ao longo do tempo. Refletindo as mudanças que ocorriam na política, nas relações sociais e, sobretudo, no pensamento e nas discussões dos profissionais e interessados na área educativa.

Segundo Grinspun (2006), a orientação educacional, propriamente dita, surgiu pelo campo da orientação vocacional. O objetivo desse trabalho era aconselhar os indivíduos a fim de que escolhessem uma profissão. O primeiro a realizá-lo foi Frank Parsons, em 1908, nos Estados Unidos, mas não dentro de escolas.

De acordo com Solé (2001), a orientação vocacional, dessa época, era uma atividade isolada e dissociada da escola. Parsons, seu precursor, defendia que suas funções eram levar o sujeito ao conhecimento de si mesmo e das profissões e a se ajustar a alguma delas.

No contexto escolar, Grinspun (2006) relata que a orientação educacional surgiu em 1912, também nos Estados Unidos. No entanto, não houve mudança na sua área de atuação, que continuava centrada na orientação dos jovens para a escolha profissional.

No Brasil, ainda segundo a autora, a orientação educacional chegou um pouco mais tarde. Os primeiros trabalhos foram realizados em 1920, baseados nos modelos estadunidense e europeu, em instituições que buscavam orientar profissionalmente os alunos de cursos ministrados por elas.

Grinspun (2006) ressalta também a importância do movimento de educadores chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, na consolidação da orientação no país.

Esses educadores difundiram uma abordagem teórica da educação conhecida como Tendência liberal renovada progressivista, que, de acordo com Luckesi (1990), sustentava como objetivo da escola a adequação das necessidades de cada pessoa ao meio social.

Além dessas ideias, os pioneiros, conforme Grinspun (2006), ainda apoiavam o conceito de que existiam aptidões inatas. Entretanto, defendiam um trabalho mais

dinâmico e ativo para os alunos.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova desencadeou um Curso de Extensão sobre Orientação Educacional, oferecido pela Associação Brasileira de Educação a todos os profissionais interessados no assunto, e uma reforma materializada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, que tornou a OE obrigatória no país. Essa lei também regulamentou a orientação como um serviço de ajustamento do aluno à escola, à família e à sociedade, mas não a afastou do seu enfoque originário – a orientação vocacional.

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, entre outros assuntos, veio regulamentar a formação do orientador educacional. A LDB faz uma clara diferenciação entre a formação do orientador para o ensino primário e para o ensino médio.

Em 1968, a Lei 5.564 regulamentou a profissão de orientador e priorizou a preocupação com o desenvolvimento da personalidade dos educandos, mostrando o caráter psicológico que deveria ter esse trabalho.

Essa concepção de orientação estava relacionada às concepções pedagógicas em voga na época. Nesse momento, a educação era inspirada por teorias que se convencionou chamar Tendência liberal renovada não-diretiva, que, segundo Luckesi (1990), acentuava a preocupação com problemas psicológicos, com o desenvolvimento e realização pessoal do indivíduo.

Ainda de acordo com o autor, o principal teórico dessa tendência era Carl Rogers, o qual desvalorizava o ato de ensinar e os conteúdos. Para ele, o professor era um facilitador da aprendizagem, deveria apenas ajudar os alunos a buscarem por si sós o conhecimento.

Até essa época, segundo Pascoal et al (2008), a orientação só havia cumprido o papel de atender aos alunos que demonstravam desajustes em relação à escola ou preveni-los. Não se falava em contextualizar o aluno com cidadão e em desenvolver sua autonomia.

As autoras afirmam que, apenas a partir da década de 1980, a participação do orientador na organização pedagógica da escola começa a ser mais ativa. Esses profissionais começam a discutir as suas práticas e valores e a demonstrar interesse

pela realidade dos alunos e pelo processo de aprendizagem.

Grinspun (2006) partilha da mesma opinião. Segundo ela, nesse período o Brasil começou a viver grandes mudanças que se estenderam à orientação educacional. Os orientadores começaram a enxergar o aluno como um sujeito inserido em um meio social com capacidade de criticar e mudar as situações existentes. Reconhece-se a aproximação da orientação com causas políticas e sociais.

Esses questionamentos feitos pelos orientadores se aproximam das ideias preconizadas pela pedagogia progressista, que, de acordo com Luckesi (1990), engloba tendências educacionais as quais partiam de uma análise crítica da realidade e defendiam o papel da educação na transformação da sociedade.

No entanto, essas mudanças, como afirma Grinspun (2006), não foram tão expressivas na prática como no discurso dos orientadores.

No início da década de 1990, ainda segundo a autora, outra mudança ocorreu na orientação educacional: foi extinta a Federação Nacional de Orientadores Educacionais - FENOE, criada em 1966, porque se compreendeu que os direitos dos orientadores deveriam ser defendidos por uma entidade que abrangesse todos os trabalhadores da educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE. A consequência dessa unificação foi novamente o enfraquecimento da identidade do orientador.

O CENÁRIO EDUCATIVO ATUAL

Atualmente, as exigências feitas à educação e, conseqüentemente, à escola são totalmente diferentes das que eram feitas em décadas passadas e, por isso, aumentaram-se as dificuldades dos sistemas educativos em oferecer um ensino de qualidade. Isso aconteceu por causa das transformações ocorridas nos ideais e nos comportamentos da sociedade.

Um dos fatores que contribuiu para essas mudanças, conforme Delors (2001), foi o grande crescimento da população em todo o mundo, em especial nos países desenvolvidos. Isso aliado à obrigação de oferecer educação a todos acarretou uma

grande pressão sobre as instituições educacionais a fim de oferecerem ensino a todos os indivíduos em idade escolar.

Outro fator mencionado pelo autor é a comunicação universal gerada pelo avanço das tecnologias. De acordo com ele, as informações são transmitidas muito rapidamente e sem limite de distância e de tempo. Qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer hora pode saber o que está acontecendo no presente e o que aconteceu no passado. Podem-se acessar muitos conhecimentos fora da escola e de maneira mais rápida e interativa.

A educação deve utilizar as inovações tecnológicas a seu favor, proporcionando aos estudantes o acesso a elas e às informações veiculadas. No entanto, não basta colocar os educandos em contato com as informações. De acordo com Delors (1998), a educação tem o papel de levar o ser humano a *aprender a conhecer*, ou seja, saber lidar com os conhecimentos, exercitando a memória, a atenção e o pensamento.

Entretanto, como afirma Delors (1998), o ser humano não pode mais ser mero receptor de informações, deve sim agir responsavelmente diante dos conhecimentos que recebe, pensando criticamente sobre eles e sendo capaz de construir novos conhecimentos a partir destes. A formação escolar deve levar o estudante a ter cada vez mais curiosidade pelo que acontece em sua volta, a ousar novas experimentações e descobertas, a ser um sujeito criativo e que *aprendeu a ser*.

Em contrapartida à rápida circulação de informações e conhecimentos propiciada pelos sistemas de informação, Delors (2001) ressalta que há ainda muitos países ou regiões onde não se tem acesso a essas tecnologias. Muitas escolas públicas se enquadram nessa realidade: não possuem computadores e Internet, nem outros recursos tecnológicos.

Para Delors (1998), a educação também deve ajudar o educando a *aprender a fazer*, o que não significa apenas prepará-lo para um trabalho no qual utilizará os conhecimentos aprendidos durante sua escolaridade, mas também levá-lo a utilizar os conhecimentos em conjunto com outras qualidades exigidas para o sucesso profissional, como capacidade de trabalhar em equipe, de dissolver conflitos e de se comunicar.

Isso leva a outra aprendizagem importante citada por Delors (1998): *aprender a*

viver juntos.

Em uma sociedade onde os conflitos, os preconceitos e a competição emergem com cada vez mais força, surgem forças opostas que difundem a necessidade do respeito à diversidade e às características individuais.

Delors (2001) fala que os sistemas educativos, muitas vezes, não consideram as diferenças de gostos, de talentos e de expectativas existentes em um grupo de crianças, nem os saberes e os costumes próprios do meio social de onde são provenientes. Em vez disso, impõem a todos o aprendizado dos mesmos conhecimentos e da mesma forma, o que acarreta fracasso escolar e exclusão social.

O desafio posto à educação é o de saber respeitar a variedade cultural, para que cada estudante conheça e valorize os mais variados saberes. Freire (2007) defende que esses saberes devem ser trabalhados nas salas de aula, relacionando-os aos conteúdos curriculares, discutindo com os alunos a realidade em que vivem.

De igual forma, segundo Delors (1998), a educação deve mostrar que existem semelhanças entre os seres humanos, que precisam uns dos outros para sobreviver. Para isso, os sujeitos devem se conhecer mutuamente e, antes de tudo, conhecer a si mesmos.

Freire (2007) evidencia outro saber necessário à prática educativa: o reconhecimento de que a mudança é possível.

Para o autor, ao estudar a realidade vivida pelos educandos, a educação deve atuar de forma a estimular neles a consciência de que podem intervir e mudar os fatos. Não se trata de criar uma rebelião, mas fazer com que percebam, por meio do pensamento crítico, que não devem se adaptar às situações injustas e sim lutar para transformá-las.

O PAPEL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Diante de tantas mudanças no campo educativo, a orientação educacional não pode ser uma tarefa alheia à realidade na qual a escola está incluída, voltada apenas para a orientação profissional ou focada em alunos considerados problema.

Como revela Grinspun (2006), o trabalho do orientador alcança muitas outras finalidades. Ele é realizado articulando-se todos os demais sujeitos do espaço escolar, a fim de alcançar uma educação de qualidade.

Segundo Pascoal et al (2008), o aluno está no centro da ação pedagógica e, embora a orientação educacional preocupe-se com os estudantes que demonstram dificuldades de aprendizagem ou de comportamento, seu trabalho deve abranger todos os alunos e suas dificuldades.

Grinspun (2006) afirma que as atividades do orientador não estão mais voltadas exclusivamente para o indivíduo. Elas são feitas englobando-se o coletivo, mas com a consciência de que todo grupo é formado por pessoas diferentes que pensam e agem de acordo com suas vivências e costumes.

A cerca desse tema, Pascoal et al (2008) ressalta que o conhecimento dos indivíduos - de suas características, de suas capacidades de aprendizagem, dos seus sentimentos – e da comunidade na qual a escola está inserida é condição para uma boa realização do trabalho pelo orientador.

Grinspun (2006) fala que uma das grandes preocupações do orientador é a formação da cidadania nos educandos. Essa cidadania é conseguida quando eles se reconhecem como pessoas capazes de pensar e agir por conta própria e desenvolvem um pensamento crítico a respeito dos problemas que vivenciam.

Pascoal et al (2008) explica que o orientador tem um importante papel nesse processo de construção da consciência crítica dos estudantes. Ele deve mediar a relação entre os alunos e o meio social, por meio de discussões sobre assuntos da realidade vivida por eles.

De igual forma, cabe a ele estender essa discussão a pais, professores, direção, a fim de criar um envolvimento de todas as pessoas nas questões que fazem parte da vida da comunidade escolar.

A escola precisa ser um ambiente regido por meio do diálogo, no qual as decisões, os objetivos e as práticas são construídos em conjunto e os problemas são discutidos por todos.

Grinspun (2006) lembra que o trabalho deve ser interdisciplinar e não mais fragmentado, em que há diferenciação e luta entre professores e especialistas. Todos

devem assumir a responsabilidade pela ação e pelos resultados alcançados.

Neste cenário, de acordo com Pascoal et al (2008), o orientador tem um importante papel junto aos demais profissionais da escola. Presente em todos os momentos de construção coletiva, ele deve contribuir para as definições sobre o processo educativo e mediar a relação entre os membros da equipe pedagógica da escola.

As autoras dizem que o orientador é responsável ainda por aproximar família e escola. Isso deve ser feito por meio de atividades culturais que permitam a participação dos pais na companhia dos seus filhos.

Além disso, ainda na opinião de Pascoal et al (2008), o orientador deve levar aos pais o conhecimento da situação escolar de seus filhos, não com a intenção de culpá-los pelos problemas, mas sim de buscar, junto com eles, medidas para tornar a escola um lugar que contribua eficazmente para a aprendizagem dos alunos.

Grinspun (2006) complementa dizendo que compete ao orientador, em parceria com os demais sujeitos da escola, descobrir maneiras de eliminar o fracasso escolar, a partir da análise do que acontece e é realizado na escola. Ao mesmo tempo, é obrigação da orientação trabalhar a auto-estima dos alunos com dificuldades de aprendizagem e em condição de repetência, para que não se sintam incapazes de continuar e avançar nos estudos.

A autora fala também que o orientador deve disponibilizar aos educandos atividades que enriqueçam o conhecimento que possuem e valorizem os talentos nos quais se destacam como, por exemplo, o desenho, a música e o esporte.

A orientação educacional é, portanto, uma função que possui inúmeras facetas, porém, todas com um único objetivo: ajudar a escola a oferecer uma educação de qualidade, que alcance todos os educandos, independente de suas características pessoais e de suas dificuldades.

CONCLUSÃO

A orientação educacional é um campo de atuação que sofreu, por algum tempo, com a indecisão a respeito de suas funções.

Inicialmente, sua finalidade era orientar as pessoas para a escolha de uma profissão. Em seguida, mas sem perder sua função originária, passou a se preocupar com o desenvolvimento psicológico dos indivíduos e o ajustamento dos estudantes que não se adequavam à escola.

Somente mais tarde, surgiu o interesse pela realidade social dos alunos. Contudo, essas ideias eram fortes no pensamento dos orientadores e pouco concretizadas.

A educação passou por grandes mudanças de concepções. Ela enfrentou fatores como o aumento da população e a exigência de oferecer ensino a todos; o acesso à informação trazido pelas inovações tecnológicas; e o princípio do respeito à pluralidade cultural.

Com essas transformações de valores, exigem-se novas posturas das instituições escolares: elas precisam utilizar as novas tecnologias, auxiliar os educandos a lidarem com as informações que recebem, fazer com que conheçam e respeitem as diferenças, partir dos saberes dos estudantes para trabalhar os conteúdos e ajudá-los a desenvolver senso crítico para analisar e intervir na realidade em que vivem.

Perante essas novas necessidades educativas, o orientador educacional deve atuar na escola junto com os outros sujeitos da escola a fim de alcançar uma educação de qualidade.

O orientador precisa conhecer a comunidade e os estudantes que compõem a escola, suas características e necessidades, para atender a todos, não somente os que demonstram desajustes comportamentais.

Ele tem o dever de discutir com os estudantes os acontecimentos reais e construir com eles o pensamento crítico e a cidadania.

Além disso, esse profissional deve participar de todos os momentos de construção coletiva da escola, nos quais tomam-se decisões e definem-se as ações

que serão desenvolvidas.

É responsabilidade do orientador articular as relações entre os diversos membros da equipe pedagógica e entre a família e a escola e, em conjunto com eles, buscar soluções para as dificuldades de aprendizagem dos educandos e para o fracasso escolar, bem como desenvolver a auto-estima e oferecer aos estudantes formas de demonstrar as suas aptidões.

Este trabalho procurou mostrar a importância da orientação educacional na escola, que enfrenta cada vez mais dificuldades na realização das suas funções.

Foi possível perceber que o orientador deve ser um aliado dos professores, preocupado não só com a disciplina dos estudantes, mas também com a criação de estratégias que incluam todos os educandos e que minimizem os problemas encontrados durante o processo.

O orientador deve complementar o trabalho concretizado em sala de aula, com debates com os estudantes a cerca da problemática vivida por um grupo, pela escola e pela comunidade, incentivando-os a mudarem os acontecimentos.

Ele participa em todas as tomadas de decisões da escola e é também responsável por articular o grupo para a discussão sobre ações que devem ser realizadas para melhorar a aprendizagem dos alunos.

Acredita-se que este trabalho contribuiu porque mostrou uma imagem do orientador diferente da que se está acostumado: a de um profissional que atua em conjunto com os outros indivíduos e está comprometido com a prática pedagógica de toda a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei 5.564, de 21 de dezembro de 1968. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional.

BRASIL, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: MEC, UNESCO, 1998.

DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. *A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. O orientador educacional no Brasil. *Educação em revista*. Belo Horizonte, n. 47, p. 101-107. Junho de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 20 de maio de 2011.

SOLÉ, Isabel. *Orientação educacional e intervenção psicopedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2001.